

Espaços e práticas: arranjos afetivos e sexuais na Porto Alegre das primeiras décadas republicanas

CARLOS EDUARDO MILLEN GROSSO¹

Unisociesc

Resumo: O presente artigo objetiva analisar as maneiras de interação social em Porto Alegre entre os anos de 1890 e 1920. Por meio de processos criminais de defloramento e de crônicas literárias, busco relacionar o processo de organização e controle do espaço público com as formas de sociabilidade vividas pelos diversos atores urbanos. A ideia é relacionar o impulso urbanizador, o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural com as práticas de sociabilidade, dando especial atenção aos arranjos afetivos e sexuais que envolveram estes atores.

Palavras-chave: Formas de sociabilidade; Processos criminais; Crônicas literárias.

Abstract: The goal of this article is to analyze the social interaction practices in Porto Alegre between the years of 1890 and 1920. Making use of the records of deflowering criminal processes and literary chronicles, I intend to relate the process of organization and control of the public space to the sociability practices in which the several urban parts involved took part. The idea is to relate the urbanizing impulse, the population growth and the cultural development with sociability practices, paying particular attention to the affective and sexual arrangements in which these parts were involved.

Keywords: Forms of sociability; Criminal processes; Literary chronicles.

Recebido em 13/02/2018 e aceito em 20/10/2018.

1. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Unisociesc.

Introdução

O objeto principal deste artigo refere-se às práticas sexuais e afetivas de homens e mulheres na Porto Alegre do final do século XIX e início do século XX. Mais do que tratar o relacionamento amoroso como meio de expressão dos sentimentos (MAUSS, 1968, p.482), ele deve ser analisado enquanto conjunto de práticas particulares e gerais, relacionados não apenas à honra sexual, mas também a aspectos tão variados quanto àqueles relacionados à organização disciplinada do espaço urbano e aos padrões de comportamento idealizados dentro dos ideais burgueses (PESAVENTO, 2008, p.12-16).

É importante, para a apreensão de relacionamentos que envolvem tanto a intimidade sexual quanto a afetividade, considerar o contexto em que estes são estabelecidos – isto é, por quem, com quem, quando, e com que propósito. Isso porque junto aos valores convergiam diferenças de origem e de experiências sociais, sendo a vida social sempre (re)inventada e (re)significada em cada situação cotidiana (CERTÉAU, 2005).

A delimitação cronológica escolhida para a condução desta pesquisa foram as primeiras décadas republicanas e, mais exatamente, o período entre os anos de 1890 e 1920. A opção se deu em função de um período histórico. Até os anos iniciais da década de 1920, o Rio Grande do Sul, e mais especificamente Porto Alegre, apresentou um quadro de instabilidade e de reordenação social, cultural, econômica e político-administrativa (PESAVENTO, 2002, p.263-264). Foi um período no qual o controle da sexualidade feminina tinha evidência na pauta republicana (CORRÊA, 1992, p.13-16). O Estado e segmentos sociais, como os constituídos por médicos, jornalistas e juristas, manifestavam preocupação com a honra das mulheres solteiras, uma vez que a reputação das mulheres passava pela virgindade (MAUCH, 2004, p.94-102). A perda da virgindade antes do

casamento era motivo de desonra e as mulheres que não se adequavam ao modelo feminino tido por ideal viravam alvo das ações policiais.

O conceito de honra pode ser reconhecido como um dos conceitos clássicos da teoria social, fundamental para a apreensão de determinados sistemas sociais. O conceito em jogo às vezes parece ser tão abrangente que não conseguimos apreender a sua acepção, ficando a sensação de que a honra pode tanto conter de tudo um pouco quanto parecer oca. Esse comentário tem como objetivo atrair a atenção para a distância que pode haver entre a noção de honra tal como é pensada nos padrões de comportamento idealizados dentro dos ideais burgueses e empregada pelos agentes do Estado na sua prática – o que muitas vezes já implica diferentes conteúdos – e os comportamentos de homens e mulheres que muitas vezes não se coadunavam com o que era prescrito por eles.

Não é objetivo deste trabalho analisar exaustivamente a produção que incide sobre a temática da honra. Mas é interessante mencionar que vários estudos, basicamente de antropologia e história, têm chamado a atenção à relevância da categoria honra, destacando problemáticas específicas e apontando críticas, especialmente acerca da homogeneização e naturalização de certos “traços” culturais, psicológicos e/ou comportamentais (CORRÊA, 1981).

Quando se observa princípios de honra e desonra, se está, a rigor, analisando como os grupos sociais ajuízam a escala de adequação do comportamento de seus membros aos valores e normas constituídas, instituindo mecanismos de aprovação e reprovação social. O conceito de honra está relacionado à dignidade e à honestidade vivida pelas pessoas, ou seja, é o seu ajuste à moral social normatizada. O que as etnografias têm mostrado com bastante clareza é que o conceito de honra não é único e estável. Ela está intimamente relacionada às condicionantes sociais,

sua defesa é a defesa contra a violação de um sentimento socialmente construído e que está em constante reelaboração. É, portanto, sempre construído historicamente. O antropólogo Julian Pitt Rivers, ao discutir a honra no mundo mediterrâneo, ressaltava haver nesse contexto uma estreita relação entre honra masculina e pureza sexual feminina, embora essa ligação não fosse a única possível. Como ele mesmo afirma, além dos termos específicos variarem enormemente entre diferentes sociedades, não é possível universalizar ou generalizar uma única noção de honra, pois sofrem variações e redefinições a partir de atualizações concretas (PITT-RIVERS, 1993, p.21-22).

Em outras palavras, não se pretende em qualquer tempo desvalorizar os aspectos sociais, econômicos e culturais como influenciadores das práticas afetivas e sexuais das mulheres e dos homens. Procuo dar ênfase também aos aspectos criativos propriamente ditos, não desejando conter, nos termos Michel De Certeau (1994), a “liberdade gazeteira das práticas”. E, como veremos detalhadamente adiante, a capacidade de proceder num movimento “tático” coloca a questão da existência particular e histórica das prática afetivas e sexuais: à medida que deixa de ser uma substância transcendente e universal e acima das práticas dos atores e passa a ser um qualificativo de diferentes tipos de cruzamentos, como organização do espaço urbano e padrões de comportamento burgueses.

A honra sexual, nessa perspectiva de análise, só pode ser analisada a partir de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva (STEWART, 1998, p.237-246). É perceber que os sujeitos não estão presos a uma certa honra sexual vinculada a um determinado segmento social como uma espécie de destino, a honra não está dada, mas se compõe nos dados das experiências individuais e do grupo social, na relação com os acontecimentos.

Nesse sentido, discuto as mudanças urbanas (infraestrutura de serviços, desenvolvimento econômico) e as tentativas de ordenamento implementadas pelo nascente governo republicano, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Utilizando como fontes de pesquisa crônicas de época e processos criminais de defloramento, a intenção foi traçar um paralelo dessas mudanças com novas formas de interação social da população porto-alegrense, focalizando especialmente as relações sexo-afetivas.

Espaços e práticas

Com o fim da Revolução Farroupilha, que ocorreu entre 1835 e 1845, período no qual a cidade permaneceu sitiada pelas tropas farroupilhas, mais precisamente entre os anos de 1836-1840, Porto Alegre se constituiu no principal ponto de convergência de um complexo sistema urbano e mercantil, dirigido principalmente para o comércio e o consumo, e guiado por um processo em que a circulação comandava a produção.

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre concentrava o capital comercial, desenvolvia um mercado consumidor importante, dentro do qual o mercado de trabalho livre começou a ganhar centralidade, sediando o maior e mais variado número de fábricas da Província do Rio Grande do Sul. A produção industrial – centralizada nos ramos de alimentos, bebidas, produtos metalúrgicos, tecidos, vestuário – esteve, sobretudo, atrelada ao mercado regional e foi financiada por pequenos capitais acumulados através do comércio (PESAVENTO, 1980, p.55). Além disso, os imigrantes europeus dinamizavam sua produção agrícola², passando a exigir serviços administrativos e comerciais da capital (SINGER, 1977, p.160). Nesse

2. Especialmente farinha de mandioca, feijão e fumo.

sentido, Porto Alegre, que já abrigava um dos principais portos, passou a concentrar, de forma crescente, grande parte do movimento importação-exportação dos negócios do Estado, superando Rio Grande e Pelotas (PETERSEN; LUCAS, 1992, p.47).

Apesar de o setor terciário ser o mais dinâmico da cidade (ligado ao comércio e à prestação de serviços), o setor secundário (da produção manufatureira), que em meados do século XIX era bastante incipiente e de caráter familiar, desenvolveu-se a partir de 1890, após o advento da República.³ As indústrias tanto de Porto Alegre como de outros núcleos do Estado (como Pelotas, Rio Grande, Vale dos Sinos e Caxias) notabilizaram-se pelo grande número de pequenas empresas, com limitado capital, e predomínio do trabalho artesanal.

De maneira relacionada às transformações sofridas pela cidade de Porto Alegre na perspectiva econômica, distingue-se também, nesse contexto histórico do final do século XIX, o desdobrar do processo de expansão do tecido urbano. Esse processo teve início nos anos 1850, com a transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz na área central da cidade, para o distante Morro da Azenha, onde atualmente está localizado o Cemitério São Miguel e Almas. Em linhas gerais, pode-se dizer que a cidade se expandiu para várias direções, em um movimento que se desenrolava para além da área central e se alongava para regiões até então pouco habitadas. Esse processo foi também resultado da implantação do primeiro transporte coletivo sobre os trilhos, em 1872, a Companhia Carris. Como no caso de outras cidades brasileiras, a expansão da cidade acompanhou em grande parte – mesmo que não exclusivamente – a linha

3. Segundo Jean ROCHE (1969, p.505), o início da atividade industrial em Porto Alegre estava voltado para a fabricação de navios, a fundição, a fabricação de charutos, serralheria, vinagre e a cerveja.

do trem (ROLNIK, 1997).

Considerando os limites urbanos definidos pela Intendência Municipal, é possível observar também a expansão da cidade através do aumento dos números de distritos no final do século XIX: de quatro distritos em 1892 para oito em 1896.⁴ Sendo que os três distritos considerados urbanos eram:

Distrito 1 – Limitado pela Rua Conceição, lado N° do Campo da Redenção; Ruas 3 de Novembro, General Lima e Silva e Coronel Genuíno; litoral do Guaíba entre Coronel Genuíno e Conceição.

As ilhas fronteiras também fazem parte do Distrito 1.

Distrito 2 – Limitado pelas Ruas Coronel Genuíno, Lima e Silva e 3 de Novembro lado N° do Campo da Redenção, Estrada do Meio até os limites urbanos; limites urbanos desde a Estrada do Meio entre aquela estrada e o litoral do Guaíba em Menino Deus e deste ponto pelo litoral até a Coronel Genuíno.

Distrito 3 – Partindo da Rua da Conceição, lado N° do Campo da Redenção; Estrada do Meio até os limites urbanos entre aquela e o litoral do Guaíba, no Arraial dos Navegantes, litoral entre este arraial e a Rua da Conceição.⁵

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre passou por um processo de organização e controle do espaço público (PESAVENTO, 2008, p.7-55). Em 1892, no mandato do primeiro intendente de Porto Alegre – Alfredo Augusto de Azevedo⁶ –, foi formulada a Lei Orgânica

4. Leis Municipais de 1892 a 1900. *Acto* n°27, de 18.12.1898. Porto Alegre: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre, p.66-71.

5. Leis, Decretos, Atos e Resoluções. Porto Alegre: A Federação, v.10/1892; 12/1895, p.21-22. Os distritos suburbanos eram do 5° ao 8°, a saber: Belém Novo, Pedras Brancas, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel.

6. Permaneceu na intendência de 12 de outubro de 1892 a 3 de janeiro de 1896.

do Município que atribuía à Intendência a organização do sistema viário, a regulação e inspeção da educação e do serviço higiênico, entre outras responsabilidades. No mesmo ano, foram estabelecidos os limites urbanos, determinando que o novo regime tivesse como propósito – de acordo com a letra da lei – “estender a todos os núcleos da população esparsos nas proximidades da capital os benefícios da vida, administração e policiamento da cidade”.⁷

Entretanto, ao mesmo tempo em que Porto Alegre passava por um movimento em função da instabilidade dos primeiros anos da República, ao que se somou a destituição do então governador Júlio Castilhos, no chamado “governicho” (1890-1891)⁸, e a Revolução Federalista (1893-1895), as duas primeiras gestões municipais (Alfredo Augusto de Azevedo e José Luís de Farias Santos) mantiveram os esforços de normatização da vida e reordenamento do espaço. A Intendência Municipal, no Ato n.3, de 11 de abril de 1894, instituiu o cargo de fiscal da higiene, para atender os problemas de saúde pública atrelados ao planejamento urbano.

Na gestão de José Montauray de Aguiar Leitão, as tentativas de ordenamento e reestruturação da cidade passaram a ser tratadas de forma mais sistemática, tanto em função da paz que se seguiu ao término da Revolução Federalista – ocorrida entre 1893 e 1895 –, quanto pela continuidade administrativa em que o intendente esteve à frente da cidade, entre os anos de 1897 e 1924 (BAKOS, 1986, p.39).⁹ Entretanto,

7. Ato nº12, de 31 de dezembro de 1892. In: *Leis, decretos e resoluções*. Porto Alegre: A Federação, 1893, p.77.

8. Governo provisório foi formado por republicanos dissidentes, organizados no Partido Republicano Federal. O chamado “governicho” viria a cair pouco tempo depois, sendo reconduzido ao poder Júlio de Castilhos (FRANCO, 1996, p.114).

9. Amparado no preceito constitucional, que permitia a reeleição consecutiva do intendente, tal como do presidente do estado, José Montauray foi reconduzido diversas vezes pelo então presidente do estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros.

os consecutivos governos positivistas não conseguiram realizar, de forma efetiva, o projeto de modernização da cidade até o início da década de 1920. Isso só veio a ocorrer, segundo a pesquisa de Charles Monteiro, a partir da década de 1920, na administração municipal de Otávio Rocha, entre os anos de 1924 e 1928, mantida nas administrações de Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943) (MONTEIRO, 1995, p.48).

Amparado e orientado pelo governo estadual em transformar a cidade de Porto Alegre em uma capital “moderna”, o intendente José Montauray buscou realizar uma série de melhorias urbanas, como iluminação, fornecimento de água, educação, transporte, saneamento, assistência social, policiamento (LOPES, 2013, p.132-184). No entanto, foram as áreas centrais da cidade as que mais passaram por modificações no período (SPALDING, 1967). Conforme relato do jornalista e escritor carioca Vivaldo Coaracy (1962, p.5-7)¹⁰, que viveu em Porto Alegre entre os anos 1905 e 1919, sobre a realidade urbana da cidade naqueles anos:

Das ruas, muito delas íngremes ladeiras a galgar a encosta abrupta para atingir o espigão estreito, poucas calçadas a paralelepípedos. Na maioria, o pavimento era de pedras irregulares. [...] A maioria dos habitantes comprava água em barris, dos carros-pipas que a vendia percorrendo as ruas pela manhã. [...] A parte central da cidade dispunha de luz elétrica, fornecida por uma companhia, a Fiat Lux. [...] Noutras zonas da cidade havia iluminação a gás. Bondes elétricos, evidentemente, não havia. Os bondes que serviam os vários bairros eram de tração animal.

No trecho fica claro que o incômodo aspecto provincial que Porto Alegre apresentava aos olhos do cronista da época não dizia respeito

10. Vivaldo Coaracy nasceu no Rio de Janeiro em 1882 e morreu na mesma cidade em 1967. Ele foi engenheiro, jornalista e escritor.

somente às ruas sujas, sem calçamentos, ou à inexistência de esgotamento sanitário, mas à abrangência precária dos mesmos. Nesse aspecto, Sandra J. Pesavento (1992, p.40) observa:

[...] nem todas as ruas eram iguais e a cidade reproduzia, na ocupação do espaço e na atuação da municipalidade, as distorções sociais. Colônia Africana, Cidade Baixa, Santana, Navegantes, uns arrabaldes, outros nem tanto, ostentavam em suas ruas mazelas da administração pública. Todos pagavam impostos, mas os serviços de iluminação, coleta de lixo, esgotos, arruamentos, eram desiguais.

Pensando em uma geografia dos “lugares infernais” de Porto Alegre, conforme a expressão de Jacques Le Goff (1989, p.119), os 1º, 2º e 3º Distritos apareciam em destaque. Entretanto, foi no 1º Distrito que ocorreram a maioria das transformações urbanas. Centro econômico e núcleo administrativo, o 1º Distrito era a área mais populosa da cidade. Nessa região se localizavam os edifícios públicos e os núcleos culturais (teatro, cinema, livraria), bem como as moradias de propriedade da elite urbana do período. Contudo, em meio a esta área central e nobre da cidade, existiam os lugares de discriminação (cortiços, becos), habitados pela população pobre (MONTEIRO, 2006, p.266).¹¹ É o que se verifica no relato de Achylles Porto Alegre¹², jornalista e cronista do final do século XIX e início do século XX, sobre o Beco do Oitavo: “Era uma colmeia de vagabundos, gatunos, desordeiros, faquistas. Naqueles casebres moravam mulheres, soldados e jornaleiros em confusa convivência, por vezes pouco harmoniosas” (PORTO ALEGRE, 1994, p.69-70).

11. MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.266.

12. Nasceu em Porto Alegre em 1848 e faleceu na mesma cidade em 1926. Foi professor, escritor, jornalista e funcionário público.

A preocupação com o saneamento básico e as novas construções motivou a elaboração de diferentes regulamentos que foram propostos pela administração municipal, como regulamento de polícia, normativas sobre higiene e as regras de operação da Diretoria de Obras do Município de Porto Alegre, em 1896. A partir de então, buscava-se a extinção dos cortiços. Do processo de limpeza das ruas também faria parte tirar de circulação os indivíduos “turbulentos, desordeiros e vagabundos” (PESAVENTO, 2002, p. 267-269).

Outra medida foi a de fixar regras para serem observadas nas construções da cidade, definidas pelo Código de Posturas Municipais sobre Construções, de 13 de março de 1893.¹³ Com essa regulação, a municipalidade buscava ordenar, padronizar, regulamentar e fiscalizar o surgimento de novas edificações, seguindo padrões de alinhamento, respeitando alturas mínimas de pé-direito interior, obrigando o arejamento e áreas mínimas, proibindo edificações em madeira no alinhamento das ruas ou adjacentes a diferentes prédios, entre outros.

As ações públicas, de certa forma, conduziam a um processo de organização e controle do espaço público, indiferentes aos trabalhadores pobres, resultando na criação de inúmeros mecanismos de repressão e controle da vida mundana porto-alegrense, como a criação da Polícia Administrativa, em 1896, cuja principal função era a prevenção de delitos e de transgressões, tais como desordens, prostituição, embriaguez (STAUDI, 2009, p.17-82). Considerando esse crescente controle policial, é de se pensar que a população buscasse muitas vezes formas alternativas de se encontrar às escondidas. É o que se verifica no caso da doméstica Maria, 19 anos, que contratou casamento há cerca de 10 meses com Affonso; e que há cinco

13. Código de Posturas Municipais sobre Construções. Atos do Intendente. Ato nº22, Lei nº2, 1893.

meses, mais ou menos, Affonso convidou-a para ir em nuns “matos” próximo de casa, onde a deflorou.¹⁴ Já na história do casal de namorados Gustavo e Helena, o controle policial acabou interferindo no relacionamento¹⁵ Eles namoravam aproximadamente há um mês. Na madrugada do dia 13 de setembro de 1915, Helena, de apenas 15 anos, e Gustavo, de 20 anos, foram abordados pelo agente Marcílio na rua 7 de setembro (1º distrito). Segundo relatório de polícia, “a uma hora mais ou menos, o agente n.76, Marcílio [...], de serviço na rua 7 de Setembro, foi surpreendido com a presença de um casal, muito jovem, que procurava entrar no prédio n.25, casa comercial daquela rua”. O sentimento de surpresa manifestado por Marcílio diz respeito ao comportamento suspeito de Gustavo e Helena. O agente tratou de avaliar a conduta moral de Helena:

Observando as maneiras tímidas da moça, para logo verificou o agente não se tratar de uma meretriz que ali fosse com o intuito de pernoitar com o moço que a conduzira; antes, afagou a suposição, mais tarde verificada verdadeira, de que no caso tratava-se de uma menor seduzida; pelo que conduziu a ambos, a comparecerem a esta delegacia, a fim de prestar esclarecimentos, [...].

A decisão do agente em leva-los para a delegacia foi pautada por uma observação cuidadosa sobre a menor, estabelecendo uma rede de analogias entre certo e errado (RAGO, 2005). A conduta moral das mulheres, especificamente quanto ao comportamento sexual, era elemento essencial para a comprovação da “honestidade” das mulheres. Essa atenção para com a conduta moral das mulheres estava em consonância tanto com alguns preceitos do direito como também com o pretexto político mais

14. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo criminal, nº 1193, maço 79, caixa 2034, 1921.

15. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 599, maço 34, caixa 1978, 1915.

amplo de formação da nação republicana, assentada na valorização do trabalho e na “civilização” dos costumes (CAULFIELD, 2000).

O controle da sexualidade é resultado de um intrincado conjunto de processos sociais, culturais e históricos, que engloba tanto mecanismos biológicos de reprodução como formação de regras e normas ancoradas em instituições judiciárias, médicas (FOUCAULT, 1988). Para o sociólogo Luís Antonio Francisco de Souza, que estuda a polícia nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, o projeto das instituições policiais brasileiras tinha sempre em vista a rua, uma vez que esta se tornava um espaço de preocupação do Estado e que tinha como um dos objetivos, projetos destinados a “domesticar” as instituições de controle da ordem urbana. As instituições policiais brasileiras assumiram posição de destaque no ideário republicano, sendo atribuído à alçada policial poderes destinados “à repressão de regras sociais e morais” (SOUZA, 2009, p.25).

As ações da polícia administrativa se concentravam especialmente na área central da cidade (1º distrito), pois era nesta região que ocorria a convivência social dos segmentos médios. Essas ações se davam, frequentemente, contra as casas duvidosas (prostíbulos) que se multiplicavam em meio às residências familiares, forçando um convívio indesejável para a moral das “famílias de bem”. Conforme o escritor Ary Veiga Sanhudo (1975, p.10):

Os alcouces¹⁶, situados quase todos nos estreitos becos do Poço e do Fanha, eram antros sórdidos, povoados por desgraçadas mulheres em ambiente de miséria. Meretrizes de melhor categoria, pouco, aliás, viviam isoladas, com simulado recato, em respeito constrangido às famílias da vizinhança. Frequentavam as casas de encontro a que o povo, em grotesco eufemismo, dava o nome de maternidade.

16. Alcouce significa prostíbulo.

O escritor entendia que o problema não residia somente na existência desses estabelecimentos, mas nas atitudes daqueles que moravam e/ou trabalhavam naqueles locais. Num período em que muito se debatia nos jornais sobre a posição da mulher na sociedade, a prática da prostituição, por exemplo, se tornou um problema social amplamente discutido, ocupando as ações policiais. Cláudia Mauch explica, ao pesquisar dois periódicos porto-alegrenses (“Gazeta da Tarde” e “Gazetinha”) do final do século XIX, que existia um discurso higienista montado pela imprensa da época:

Na opinião dos jornais porto-alegrense, a polícia deveria impedir que a ‘parte ruim’ da sociedade contagiasse a ‘parte sã’, proibindo a circulação de turbulentos e prostitutas em locais frequentados por famílias, ou simplesmente eliminado o problema através do fechamento de bordéis e botequins (MAUCH, 1994, p.12).

A imprensa porto-alegrense apresentava maior interesse sobre temas da vida e dos conflitos urbanos, lidos e interpretados a partir de noções como “desordem” e “imoralidade”, abrindo espaço para crônicas de cotidiano e para a movimentação urbana da cidade. Não apenas o cenário político e econômico chamava a atenção da imprensa local, como se pode ver nas páginas dos jornais porto-alegrenses como, por exemplo, “A Gazetinha”.¹⁷

O ideal de modernização – que será encampado pelo estado do Rio Grande do Sul, ao longo da República e tratado por literatos – estará encadeado ao projeto desenvolvido pela Capital Federal, cuja racionalidade procurava a reformulação do espaço urbano, a reforma sanitária e a

17. O período de circulação do jornal *Gazetinha* foi de maio de 1891 a março de 1900. Esse periódico caracterizou-se pela crítica e sátira dos costumes dos porto-alegrenses (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p.195).

reorganização dos logradouros públicos, com a abertura de praças e avenidas, símbolos do progresso, em uma estratégia capaz de nortear os indivíduos (HERSHMANN; FERREIRA, 1994, p.26-27).

Os anseios dessa modernização adquiriam múltiplos significados na cidade de Porto Alegre. Se, por um lado, esta era materializada nos projetos de urbanização, por outro, significava transformar as relações que, desde os tempos coloniais, eram produzidas por homens e mulheres nos espaços públicos, incentivando, agora, a família burguesa a atravessar o espaço do privado, da casa, onde havia permanecido por todo o período colonial e em parte do Império, para o público, da rua. Essa mudança de comportamento é destacada por Achylles Porto Alegre (1923, p.81), quando ele demonstrou surpresa com a presença intensa das mulheres nos espaços públicos da cidade:

Aonde quer que conduza meus passos e por cedo que seja, encontro sempre no meu caminho, senhoras e senhoritas que fazem o seu “footing”, andam as compras e obedecem a prescrições médicas. Algumas são empregadas, moças que vão para seus empregos. E são muitas as damas e as senhoritas que andam sós, a qualquer hora do dia. E isto é tão natural, tão do “meio”, que a gente não repara quando encontra uma amiga, mesmo as de antanho, só, na rua.

A rua constituía-se desde a época colonial como um local genuinamente popular e que foi, com as reformas urbanas do final do século XIX, sendo ocupada, gradativamente, pelas famílias da elite (SOIHET, 1989, p. 303). Nos relatos das vítimas, dos acusados e das testemunhas que povoam os processos criminais de defloramento, bailes, bondes, praças apareciam como locais habitualmente frequentados para a prática sexo-afetiva.

Dentro dos limites morais da época, as mulheres vivenciavam, no dia-a-dia, formas diversificadas de namorar. O passeio era uma forma muito

apreciada de encontro dos casais. É o caso da doméstica Danielina, de 15 anos, que contou na delegacia que, no dia 13 de maio de 1921, foi passear na casa de sua avó e de volta deste passeio encontrou-se com o seu noivo Luiz, 28 anos.¹⁸ Ela o convidou para terem uma conversa em particular na Praça Conde de Porto Alegre, ele atendeu ao chamado de Danielina e com ela seguiu. Após passarem um tempo na praça, Danielina disse que eles resolveram seguir passeio para os lados do Caminho Novo, onde aproximadamente às 20h30 tomaram um bonde da linha dos Navegantes, vindo da Praça do Mercado; que ali estiveram até as 22h30, horário em que tomaram um bonde da linha do Menino Deus, conduzindo Danielina para a sua casa, localizado na avenida 13 de maio nº1, onde com ela pernoitou e deflorou-a.

É precisamente do impulso transformador que veremos florescer as relações modernas de namoro nas novas ruas, praças, bondes e jardins, ainda que a demonstração de afeto em público fosse possível e realizável nas relações de namoro em restaurantes e teatros da cidade. É o caso de Alzira, 17 anos, solteira, que disse que na manhã do dia 5 do mês janeiro foi ao centro da cidade comprar remédios a mando de sua mãe, com a pretensão de regressar à casa dos pais às 14 horas. Porém, recebeu o convite do comerciante Isaías, 30 anos, sírio, solteiro, para almoçar no restaurante localizado na rua Riachuelo – o que, de fato, fizeram às 13 horas. Após almoçarem, o acusado fez-lhe um pedido para irem à casa de uma conhecida dele, de nome Guilhermina, moradora da rua General Paranhos nº70. Após muita insistência de Isaías, a menor disse que foram para respectiva casa e lá praticaram “atos libidinosos”.¹⁹

No processo entre Antonio, 18 anos, solteiro, barbeiro, e Guilhermina,

18. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1285, maço 85, caixa 2042, 1921.

19. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1131, maço 75, caixa 2030, 1920.

17 anos, solteira, empregada doméstica, o defloramento ocorreu após uma ida ao teatro.²⁰ Conforme depoimento na delegacia, Guilhermina contou que há 8 meses mantinha namoro com Antonio, que costumava visita-la na casa de seus patrões. No dia 28 do abril de 1919, como de costume, o acusado acompanhou a depoente e sua irmã ao Teatro Apollo. A menor narrou que, terminado o espetáculo às 23 horas, Antonio deixou Maria, sua irmã, em casa de seus patrões. Logo após, conduziu Guilhermina até a barbearia em que trabalhava, localizada na rua dos Andradas. Lá a menor disse ter sido deflorada por Antonio. Alguns passeios permitiam ao casal manter o encontro com alguma privacidade. É o que se percebe no processo de Arnaldo, empregado do engenho de arroz, que convidou para passear em uma “aranha” pela cidade a menor Jesumina. O acusado dirigiu-se para o Prado da Boa Vista e conseguiu ali deflorá-la.²¹

Considerações Finais

Na virada do século XIX para o século XX, Porto Alegre passou a ser vista como cidade que deveria se transformar em “modelo” do estado do Rio Grande do Sul. O governo estadual e municipal iniciou um enorme programa de obras públicas na capital. Essa nova dinâmica foi, aos poucos, sendo incorporada às práticas de namoro, permitindo novas formas de encontros em espaços públicos – muitas das quais caracterizadas pelo binômio privacidade e intimidade.

Os relacionamentos afetivos se deram no contexto em que diferentes “mundos” se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito ou em negociação. Por meio dos cronistas de época, foi possível enxergar a ordem e a transgressão, bem como as desigualdades de classe na sociedade

20. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 973, maço 63, caixa 2015, 1919.

21. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 198, maço 9, caixa 1942, 1909.

porto-alegrense do período. No mesmo caminho, os processos criminais de defloramento conduziram diretamente para o aspecto mais importante do artigo: expor o dinamismo das relações sexo-afetivas, salientando suas fissuras e contradições numa cidade em intensa mudança.

REFERÊNCIAS

Leis e fontes impressas

Código de Posturas Municipais sobre Construções. *Atos do Intendente*. Ato nº22, Lei nº2, 1893.

Leis, Decretos, Atos e Resoluções. Porto Alegre: A Federação, v.10/1892; 12/1895, p.21-

Ato nº12, de 31 de dezembro de 1892. In: *Leis, decretos e resoluções*. Porto Alegre: A Federação, 1893.

Leis Municipais de 1892 a 1900. *Acto nº27*, de 18.12.1898. Porto Alegre: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

Processos criminais

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº198, maço 9, caixa 1942, 1909.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 599, maço 34, caixa 1978, 1915.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 973, maço 63, caixa 2015, 1919.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1131, maço 75, caixa 2030, 1920.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 1193, maço 79, caixa

2034, 1921.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1285, maço 85, caixa 2042, 1921.

Bibliografia

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUC, 1986.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 4 ed.. Campinas: Papyrus, 2005.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e Poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil?. In: HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A Invenção do Brasil Moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994, p.9-42.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOPES, André Luís Borges. “*Sanear, prever e embelezar*”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitário e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUHS, 2004.

_____. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994, p.9-24.

MAUSS, Marcel. L’expression obligatoire des sentiments. In: MAUSS, Marcel (Org.). *Essais de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1968.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ordem, limites da ordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (Orgs.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.7-55.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra J. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Da Universi-

- dade/UFRGS/PMPA, 1992.
- _____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.
- _____. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- PETERSEN, Sílvia; LUCAS, Maria Elisabeth. *Antologia do movimento operário*. Porto Alegre: UFRGS/Tchê!, 1992.
- PITT-RIVERS, Julian. La maladie de l'honneur. In: GAUTHERON (Org). *L'honneur: image de soi ou don de soi: um ideal equivoque*. Paris: Autrement, Serie Morales nº3, p.20-36, 1993.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *Noites de luar*. Porto Alegre: Globo, 1923.
- RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul./dez., p.93-118, 2005.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1997.
- SANHUNDO, Ary Veiga. *Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.
- SILVA, Jandira M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: polícia e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBC-CRIM, 2009.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STEWART, Frank H. De l'honneur. *Débats. L'homme*, n.144, p.237-246, 1998.